

POLÍTICAS PÚBLICAS INTERSETORIAIS PARA A PRESERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO CULTURAL: UMA ANÁLISE SOBRE OS PLANOS MUNICIPAIS DE CULTURA EM MINAS GERAIS

FÁBIO CABRAL DURSO¹; RENATA OVENHAUSEN ALBERNAZ²

¹Universidade Federal de Pelotas (UFPEL) – fabiodurso@outlook.com

²Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) – renata.ovenhausen@ufrgs.br

1. INTRODUÇÃO

O debate sobre os temas que envolvem a cultura enquanto instrumento institucional ocupa um papel fundamental no processo de desenvolvimento no Brasil, demandando dos governos uma gestão adequada, um bom planejamento e a execução de políticas públicas que respondam aos desafios do mundo contemporâneo. Tais políticas devem atender à identificação, proteção, valorização e promoção das diversidades culturais presente nos país, democratizando os processos deliberativos, fornecendo acesso aos bens culturais e garantindo os meios para alcançar o desenvolvimento da cultura como um direito de todos os cidadãos.

Em consonância com CANCLINI (2019), uma política cultural pode ser percebida como uma série de intervenções executadas pelo Estado, pelas instituições civis ou pelos grupos comunitários organizados com o objetivo de orientar o desenvolvimento simbólico, satisfazer as necessidades culturais da população e obter consenso para um tipo de ordem ou transformação social. Desta maneira, cabe ao Estado Brasileiro contribuir com suas responsabilidades e, de forma participativa com a sociedade, elaborar instrumentos de gestão para a implementação de políticas públicas que respondam aos desafios do setor cultural. Também é dever do Estado a responsabilidade de garantir o alcance universal dos direitos culturais e a proteção e preservação do patrimônio cultural, conforme dispõe a Constituição Federal de 1988 nos seus Artigos 215, 216 e 216-A. Neste sentido, os planos municipais de cultura (PMCs) em execução no Brasil cumprem a Lei de nº 12.343 de 2010, os quais buscam colocar o tema da cultura como centro no desenvolvimento humano para construção do progresso social, simbólico e econômico no país de modo institucionalizado.

Segundo BARROS E OLIVEIRA JÚNIOR (2019), os planos municipais de cultura (PMCs) são componentes essenciais para o desenvolvimento, pois tratam-se de documentos normativos que representam as ações, metas e planejamentos de políticas públicas culturais de um determinado local no período de dez anos. Aos planos também cabem almejar a promoção de igualdade de oportunidades, a identificação, valorização e promoção do patrimônio cultural em suas diversas expressões e manifestações. A finalidade dos planos municipais de cultura é a de proporcionar o planejamento de programas, metas, ações, projetos culturais que identifiquem, valorizem e preservem a cultura, o patrimônio, a memória, a identidade e a diversidade cultural no Brasil.

Para OLIVEIRA JÚNIOR (2018) os planos municipais de cultura (PMCs) são documentos importantes para a formulação e consistência de políticas públicas na área da cultura, pois integram e estão articulados ao processo de execução do Plano Nacional de Cultura (PNC) e do Sistema Nacional de Cultura (SNC), sobretudo porque almejam efetivar, regulamentar e institucionalizar tais políticas no país.

Diante dos aspectos apresentados, vale destacar que o presente estudo compõe parte de uma pesquisa de doutorado que está em processo e na fase inicial. Como caracterização do tema a ser investigado, e levando em consideração o recorte espaço-temporal, esta pesquisa analisa desde uma perspectiva interdisciplinar, dentro do campo da memória social e do patrimônio cultural, os planos municipais de cultura (PMCs) de alguns municípios mineiros¹ que se encontram aprovados ou institucionalizados, enquanto mecanismos coadjuvantes para desenvolvimento e fortalecimento de políticas públicas no setor cultural e patrimonial nos últimos 10 anos (2012-2022).

Como problemática central, busca-se entender, por meio de uma pesquisa exploratória, como os planos municipais de cultura, enquanto políticas culturais desses municípios, atuam na construção das políticas públicas locais para o desenvolvimento da cultura e na preservação do patrimônio cultural. Ou seja, este trabalho de pesquisa se direciona para investigar o acesso, fruição e o pleno exercício dos direitos culturais em Minas Gerais às fontes da cultura nacional, analisando o processo e os efeitos sociais dos planos de cultura já institucionalizados e consolidados enquanto políticas públicas voltadas para a cultura e preservação do patrimônio cultural dos municípios abarcados.

Portanto, compreende-se que os planos municipais de cultura (PMCs), em Minas Gerais, são elementos que podem e devem ser investigados e analisados de maneira empírica, devido ao fato de que fazem com que as políticas culturais tenham uma funcionalidade para se inscreverem no processo de desenvolvimento político, econômico, cultural e social de determinada localidade.

2. METODOLOGIA

Trata-se de uma pesquisa social com enfoque exploratório e analítico, cruzando métodos qualitativos e quantitativos, buscando identificar os efeitos sociais das implementações e continuidade dos planos municipais de cultura (PMCs) em Minas Gerais aprovados entre 2012-2022. O estudo vem se desenvolvendo em três fases que estão interligadas: a) A primeira fase envolve o estudo do processo cultural dos locais estudados; b) A segunda fase da investigação se constitui no acompanhamento e no acesso à documentação do processo de implementação dos PMCs, buscando analisar e entender os impactos e os efeitos sociais destes instrumentos e sua relação com o patrimônio cultural; c) A terceira e última fase do trabalho compõe-se de um momento de síntese, no qual todos os dados coletados (por meio de entrevistas semiestruturadas, documentos, dados quantitativos, etc.) são reunidos para se fazer um comparativo analítico para a escrita da tese. Já em relação as fontes para obtenção dos dados de pesquisa, o trabalho apoia-se por meio das normativas e documentos públicos em circulação, como por exemplo os planos municipais de cultura dos municípios mineiros que já possuem seus dispositivos aprovados, bem como estrutura-se em mapeamento de agentes, instituições e de suas redes, seguidos de levantamentos e informações preliminares em órgãos como a Secretaria de Estado de Cultura e Turismo de Minas Gerais (SECULT), Instituto Estadual de Patrimônio Histórico e Artístico (IEPHA), Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) e outros. Como instrumento de coleta de dados o estudo baseia-se em entrevistas semiestruturadas com agentes e gestores da cultura do poder público municipal e estadual, sociedade civil organizada, grupos sociais, coletivos e acesso exploratório à documentação de nível microlocal a macrorregional.

¹No presente, **32 Planos Municipais de Cultura** estão aprovados e institucionalizados em Minas Gerais, segundo foi observado na base de dados do Sistema Nacional de Cultura (SNC). Disponível em: <<http://ver.snc.cultura.gov.br/tabela-uf-municipio>>. Acesso em: 21 jun. 2023.

Tomando como base todas as fases descritas anteriormente, é utilizado como método de pesquisa passos já utilizados e consagrados por uma antropologia microssociológica, como por exemplo a análise de situação social e o estudo de caso detalhado, método já utilizado por VAN VELSEN (2010), assim como o acompanhamento de seus eventos, desdobramentos e o detalhamento de suas relações como fluxo organizado, como aponta GLUCKMAN (2010). Ao estabelecer a junção da análise da situação social e estudo de caso detalhado como métodos de abordagem consiste, sobretudo, no interesse mais focado na compreensão dos processos sociais que transcorrem em determinados contextos, além de perceber e descrever as estruturas, sistematizar as categorias, as dinâmicas e as transformações da sociedade ao longo do tempo. Busca-se, enquanto método, esse viés conceitual de intersecção entre políticas culturais e patrimônio para identificar e discutir o fortalecimento das políticas públicas por meio do PMCs. Por fim, para dar seguimento aos caminhos metodológicos, a investigação se desdobra no apoio bibliográfico de caráter interdisciplinar, pois espera-se, assim, que esta pesquisa terá como resultado final um entendimento crítico, analítico e relevante sobre a ação e efetividade dos PMCs na preservação do patrimônio e na continuidade das políticas culturais nos municípios estudados.

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Esta pesquisa se encontra em curso com menos de um ano de execução. Os resultados alcançados até o momento se baseiam por meio da análise de documentos e da revisão bibliográfica utilizada para o estudo. Sendo assim, alguns resultados preliminares e discussões importantes podem ser consideradas até o momento. Observa-se como resultado inicial que quando a cultura exerce seu papel de modo institucionalizado, tal objeto passa a reivindicar uma definição de políticas públicas para ser direcionada pelas ações governamentais que também darão suporte a proteção do patrimônio cultural. ALBERNAZ (2020) nos mostra que desde 2003 as políticas culturais no Brasil têm um alinhamento com uma organização sistêmica por meio do Sistema Nacional de Cultura (SNC) e, além disso, o conceito de cultura passou por uma ampliação, reconhecendo a temática cultural no seu sentido antropológico na valorização de seus atores e modos de vida.

Também percebe-se como resultado inicial que as políticas culturais, quando bem formuladas e executadas, além de promover a participação social e o fortalecimento da diversidade cultural no país, fortalecem as políticas de patrimônio e, com isso, ocorre o reconhecimento, registro e tombamento das expressões que são historicamente colocadas à margem das políticas culturais (COSTA, 2017). Outra questão que deve ser levada em consideração ocorre pela possibilidade de ampliação de acesso, as trocas e a visibilidade das expressões culturais.

De um modo geral, ainda que um plano municipal de cultura seja somente um documento regulamentado e aprovado em lei municipal, tal instrumento representa direcionamentos e permite pensar se não é o momento de buscar uma atuação por meio da qual grande parte dos estados e municípios demandem essa autonomia na implementação e regulamentação de políticas públicas voltadas para o campo cultural, buscando, assim, enfrentar as desigualdades relacionadas ao suporte em repasses de recursos, ao devido respeito à diversidade de expressões e à promoção da cidadania cultural e participação popular. Mesmo previstos em legislações, os planos de cultura podem ser analisados como instrumentos de gestão incipientes no âmbito dos municípios mineiros e muitos gestores culturais estão tendo que aprender a lidar com a sua articulação.

Constata-se, também de modo preliminar, que as políticas de preservação e as políticas culturais devem priorizar a construção coletiva e democrática do conhecimento por meio de atitudes dialógicas entre os atores institucionais e sociais pela participação das diferentes comunidades produtoras e detentoras de suas referências culturais (BARROS E OLIVEIRA JÚNIOR, 2019).

As políticas culturais, sobretudo as que se relacionam com o patrimônio, se ressignificam e tendem a ser instrumentos de ordenamento do território que as compõem, fazendo com que elas se desenvolvam institucionalmente nas políticas municipais de cultura em Minas Gerais. Portanto, é possível chegar à conclusão inicial de que os Planos Municipais de Cultura (PMCs) têm a capacidade de definir e nortear os conceitos teóricos e ações práticas de uma política cultural, bem como criar diagnósticos e propor desafios a serem enfrentados nos próximos anos.

4. CONCLUSÕES

Em conclusão, os planos municipais de cultura institucionalizados em diversos municípios mineiros se mostram como coadjuvantes e representam esse papel de planejamento e gestão das políticas culturais no fortalecimento de políticas intersetoriais para a conservação do patrimônio cultural. Essas e outras questões são relevantes para argumentar que essa temática de pesquisa é um tema inovador e inédito pelo qual carece uma sólida investigação para perceber a importância dos PMCs enquanto políticas públicas intersetoriais para o patrimônio cultural e outras políticas culturais historicamente consolidadas e consagradas no Estado de Minas Gerais e no Brasil.

5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALBERNAZ, Renata Ovenhausen. **Democracia e sistema de proteção do patrimônio cultural no Brasil**. Revista Direito, Estado e Sociedade, Ahead of print, 2020.
- BARROS, J. M.; OLIVEIRA JR, J. Por uma cultura do público: planos de cultura e diversidade cultural. In: BARROS, J. M.; COSTA, K. (Org.). **Planos Municipais de Cultura: reflexões e experiências**. 1ed. Belo Horizonte: EdUEMG, 2019.
- BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil 1988**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>. Acesso em: 01 jun. 2022.
- CANCLINI, N. G. **Políticas culturais e crise de desenvolvimento: um balanço latino-americano**. In: ROCHA, Renata; BRIZUELA, Juan Ignacio (org.). Política cultural: conceito, trajetória e reflexões - Néstor García Canclini. Salvador: Edufba, 2019, p. 45-86
- COSTA, K. M. de S. **A diversidade cultural no projeto de apoio e assistência técnica à elaboração de planos municipais de cultura**. 2017. 255 f. Dissertação (Mestrado em Cultura e Sociedade) – Instituto de Humanidades, Artes e Ciências Prof. Milton Santos, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2017.
- GLUCKMAN, M. Análise de uma situação social na Zululândia moderna. In: FELDMAN-BIANCO, Bela (Org.). **Antropologia das Sociedades Contemporâneas: métodos**, São Paulo: Unesp, 2010. 528 p.
- OLIVEIRA JÚNIOR, J. Sistemas Municipais de financiamento da cultura com ênfase na diversidade cultural. In: BARROS, J. M. Barros; BEZERRA, J. H. **Gestão Cultural e Diversidade: do Pensar ao Agir**. Belo Horizonte: EDUEMG, 2018.
- VAN VELSEN, J. (2010) A análise situacional e o estudo de caso detalhado. In: FELDMAN-BIANCO, Bela (Org.). **Antropologia das Sociedades Contemporâneas: métodos**, São Paulo: Unesp, 2010. 528 p.